



INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA ECONOMIA NO DEBATE DO ORÇAMENTO E PIDDAR 2026

É inquestionável o crescimento económico da Madeira nos últimos anos, demonstrado pelos números, pelas estatísticas e pelos indicadores comparativos com outras regiões portuguesas e europeias.

A Região cresceu economicamente, nos últimos 4 anos e meio, acima das taxas nacional e europeia, atingindo o segundo maior Produto Interno Bruto das regiões portuguesas, superior à média nacional, prevendo-se que, no final deste ano, possa ultrapassar os 8 mil milhões de euros, um aumento de 80 por cento na última década.

Este crescimento foi sustentado pelo aumento do turismo, pelo impulso no imobiliário, pelo incremento do comércio, da indústria e dos serviços, pelo crescimento da área agroalimentar, pela subida das atividades financeiras e de seguros e pela aposta no setor tecnológico.



Os resultados deste crescimento estão à vista de todos: nunca tivemos tanta gente a trabalhar nas nossas ilhas, passámos de terra de emigração para terra de oportunidades, o desemprego é o mais baixo das últimas décadas, o salário médio aumentou, o salário mínimo é o mais alto do país e conseguiu-se atenuar as desigualdades sociais, deixando os últimos lugares da pobreza nacional.

Esta é, sobretudo, uma obra de empresários e de trabalhadores, afinal de todos os madeirenses, mas também de corretas políticas públicas, nomeadamente fiscais e económicas, que criaram as condições para fomentar o investimento privado, criar emprego e gerar mais riqueza.

A verdade é que, em pouco anos, quase sem darmos por isso, passámos de uma economia assente ou dependente de obras e de investimentos públicos para uma economia em que o motor é o investimento privado e o normal funcionamento do mercado.



Esta mudança de paradigma é significativa, mas, sobretudo, representa uma garantia para o nosso futuro, uma vez que, pese embora todas as crises políticas e a falta de orçamento, com a consequente paralisia governamental e o entorpecimento da administração pública, foi possível crescer, evoluir, modernizar e atingir patamares de desenvolvimento assinaláveis.

Mas estes resultados não nos deixam satisfeitos; antes aguçam a nossa ambição de fazer mais e melhor para que o crescimento económico chegue a todos e represente um verdadeiro desenvolvimento social.

O Orçamento que apresentamos à vossa apreciação, senhoras e senhores deputados, marca o reinício da normalidade na vida financeira e económica da Região, já que é o primeiro desta Legislatura, elaborado, discutido, e espero que aprovado, nos prazos normais, em condições de estabilidade política, de confiança económica e de previsibilidade razoável, mesmo considerando a incerteza e a complexidade da geopolítica europeia e mundial.



Este Orçamento e o Plano de Investimentos que ele suporta tem por objetivo continuar a trajetória de crescimento económico, aumentar a diversificação da base produtiva, reforçar a captação de investimento externo, assegurar a modernização tecnológica do tecido empresarial, garantir a transição energética da nossa economia, reduzir os impostos - sem pôr em causa o equilíbrio das contas públicas -, valorizar os salários - sem afetar a competitividade das empresas -, corrigir as desigualdades sociais e melhorar as condições de vida de todos os madeirenses.

O Orçamento da Secretaria de Economia e dos institutos, agências e serviços sob a sua tutela, que atinge os 128 milhões de euros, corta nas despesas de funcionamento para reforçar o apoio à inovação, competitividade e sustentabilidade das empresas, para atrair mais capitais e empresas à Região e para assegurar o investimento em setores vitais, como os portos, numa verba que ronda os 70 milhões de euros, entre fundos regionais e fundos europeus, ou seja, mais de metade do Orçamento vai para o investimento, para a criação de emprego e de riqueza.



O Instituto de Desenvolvimento Empresarial vai dispor de 58 milhões de euros, no próximo ano, para suportar os sistemas de incentivos e instrumentos financeiros destinados às empresas dos setores secundário e terciário da Região.

Entretanto, o Governo Regional conseguiu negociar, nos últimos dias, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, uma nova dotação de 51 milhões de euros para as empresas regionais das linhas Reindustrializar e da Inteligência Artificial-PME, geridas pelo Banco Português de Fomento, cujos avisos serão abertos em breve.

Estando no final de um momento de transição entre o Programa Operacional 2014-2020 e o novo, que vigora até 2024, há que prestar contas e dizer-vos que a execução dos fundos europeus registou uma execução notável de 100 por cento e que a aposta é voltar a fazer do novo Programa Madeira 2030, que teve um arranque tardio, devido às sucessivas crises políticas, a mola impulsionadora do crescimento e do desenvolvimento regional.



O objetivo é recuperar o tempo perdido, com as crises políticas e as sucessivas eleições, e de maio de 2025 até ao momento, já foram abertos 9 avisos aos diversos sistemas de incentivos e instrumentos financeiros, quer no âmbito do Programa Madeira 2030, quer no âmbito do PRR. Até ao momento deram entrada 1981 candidaturas num montante de 82 milhões de euros, tendo sido já aprovados 741 projetos, e encontra-se já aberto o aviso de apoio aos Transportes referente a 2024.

No próximo ano, serão abertos 9 avisos, no âmbito do Madeira 2030, com a novidade da criação de três novos sistemas nas áreas da investigação e desenvolvimento, eficiência energética nas empresas e incentivos de base territorial, destinados a apoiar projetos de modernização e inovação nas micro e pequenas empresas, prevendo-se que dois terços da dotação do Madeira 2030 de apoio às empresas fique com uma taxa de compromisso de 70 por cento de um total de 150 milhões de euros reservados à economia produtiva.



A captação de investimento externo tem sido crucial para o crescimento económico e a Madeira e o Porto Santo estão, hoje, no radar dos investidores, sendo que a Invest Madeira tem desempenhado um papel crucial na divulgação da atratividade da Região, realizando missões empresariais com sucesso para atrair capitais e empresas, mas também para internacionalizar as nossas empresas, reforçar a sua capacidade exportadora e aumentar a produção regional.

É por isso que a Invest Madeira viu reforçado o seu Orçamento para o próximo ano, tendo em conta as novas oportunidades de aumentar, ainda mais, o investimento estrangeiro na Região, que este ano deve ultrapassar os mil milhões de euros.



No plano interno, e através da nova Direção Regional de Competitividade, Inovação e Sustentabilidade, queremos dar um novo impulso à transição digital e ecológica do nosso tecido empresarial, em particular das micro e pequenas empresas, promovendo novos processos e melhorando produtos e serviços, reforçar as competências do seu capital humano, fomentar a responsabilidade social e o humanismo das empresas e lançar um projeto dirigido aos jovens sobre as novas perspetivas do mercado de trabalho, sobre as novas tendências profissionais, reforçando, assim, a ligação entre os jovens, a inovação e o empreendedorismo, retendo inteligência e talento.

Em perfeita articulação, a Startup Madeira manterá o seu trabalho de desenvolver programas de ideação e de aceleração, apoiando a transformação de ideias em negócios inovadores e sustentáveis, promovendo sinergias entre empresas, universidade e parceiros estratégicos, contribuindo para uma economia mais criativa, mais diversificada, com a criação de novas oportunidades para jovens qualificados e empregos bem remunerados.



As start-ups da Região continuarão, no próximo ano, a beneficiar de uma taxa especial de IRC de 8,75 por cento, a mesma que se aplica na costa norte no Porto Santo para a generalidade das empresas.

Ainda no âmbito do apoio às empresas, destaco a ação da Madeira Parques Empresariais no apoio à criação de novos projetos e à coesão territorial da Região, criando as condições físicas e de majoração de apoios para descentralizar o investimento privado e dinamizá-lo, em todas os concelhos das nossas ilhas, como irá acontecer no próximo ano com a requalificação dos atuais parques e a criação de outros, tudo isto com verbas próprias e sem depender do Orçamento Regional.



No sentido de regular e apoiar o bom funcionamento do mercado, compatibilizando os interesses das empresas com os direitos dos consumidores, a Direção Regional de Comércio e Indústria, agora também com a Qualidade, vai reforçar os instrumentos ao seu dispor, nomeadamente dotando o Laboratório de Metrologia da Madeira de novos equipamentos, de calibração e fiscalização, iniciará um programa de dinamização do pequeno comércio, em conjunto com as Câmaras Municipais e as Associações Empresariais, manterá a Reserva Estratégica de Cereais que visa garantir o aprovisionamento e abastecimento da cadeia alimentar na Região, tendo em conta a incerteza nos mercados internacionais face ao conflito na Ucrânia e terá uma especial atenção à aplicação e fiscalização do programa do POSEI Abastecimento, que permite aos madeirenses terem preços de bens essenciais, como as carnes o arroz, os lacticínios, entre outros, a preços iguais ou inferiores à média nacional.



O Posei Abastecimento, apoiado pela União Europeia em 11 milhões e 400 mil euros, mantém este valor inalterado desde 2006, o que tem provocado alguns constrangimentos nos apoios à importação desses bens e também à indústria e aos fatores de produção agrícola, mas continua a ser essencial para reduzir os sobrecustos decorrentes da insularidade e ameaça do seu fim é um duro golpe na vida das regiões ultraperiféricas. Daí a necessidade não só lutar pela manutenção desses apoios como exigir o seu reforço tendo em conta que não são atualizados desde há 18 anos.

A segurança e a higiene alimentares, a fiscalização de preços, a manutenção da concorrência no mercado continuarão a ser assegurados e serão reforçados pela Autoridade Regional das Atividades Económicas, que pese embora a falta de meios, tem conseguido em conjunto com as forças policiais e com as instâncias judiciais assegurar, com bons resultados, o cumprimento da lei e a defesa dos direitos dos cidadãos.



Em 2026 serão potencializadas a ação inspetiva, a colaboração com a ASAE e com organismos congéneres internacionais, no sentido de garantir o regular funcionamento do mercado regional, com rigor e qualidade, sempre na defesa da saúde pública e dos interesses dos cidadãos.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O crescimento económico da Região tem originado um natural aumento do consumo quer pela procura turística quer por uma maior capacidade de compra dos madeirenses, o que levou a um aumento progressivo de bens e de mercadorias importadas, implicando uma maior capacidade de transporte marítimo e uma outra operacionalização do porto comercial do Caniçal.



Até outubro deste ano registaram-se atrasos significativos no transporte de mercadorias entre Leixões e Lisboa com a Madeira, que conjugados com as obras no terrapleno do Caniçal, ao esgotamento da capacidade das plataformas logísticas e à falta de espaço de armazenamento das empresas, levou a uma quase rutura no abastecimento.

A decisão corajosa do Governo de autorizar a APRAM a rever o regulamento de exploração de forma a possibilitar a atracação de navio de maior porte no porto do Caniçal permitiu normalizar o regular abastecimento da Região, por enquanto, mas vai implicar, necessariamente, a realização de um estudo sobre as futuras necessidades da Madeira em termos portuários.



De qualquer forma, o porto do Caniçal está a ser requalificado, nomeadamente no terraplano de operações e estacionamento de contentores, numa obra no valor de 10 milhões de euros, que deverá ficar concluída a meados do próximo ano, e já candidatámos um segundo projeto para uma profunda transformação no porto que passa pela sua descarbonização, pela eficiência energética, por novas redes de vigilância e de comunicações e por uma reabilitação da rampa RO-RO, por forma a assegurar uma ligação de passageiros com exterior do porto sem passagem pelas áreas de operação.

O porto do Funchal que vai atingir, de novo, mais de 1 milhão de pessoas em trânsito, este ano, com obras no valor de 1 milhão e meio de euros, tornando-o mais aprazível e ecológico.

Não desistimos da ampliação do molhe da pontinha, com a criação de mais um cais acostável de 400 metros, que vai possibilitar não só a receção de mais navios de cruzeiro como permitirá tornar operacional o cais 8 e otimizar toda a frente mar a nascente do cais do Funchal.



O porto de abrigo do Porto Santo terá um investimento de 2 milhões e 600 mil euros na reposição das condições de segurança do contra molhe, num projeto apoiado por fundos europeus e com a concessão da marina prevê-se a requalificação e melhoria de todas as áreas da bacia portuária.

Serão realizadas, em 2026, obras de recuperação nos portos da Região no cais da Boaventura, em Santa Cruz, no cais e fundeadouro de Câmara de lobos e no cais da Ribeira Brava, com consolidação da falésia sobranceira, assegurando o acesso pleno a esta infraestrutura.

No próximo ano a APRAM fará estudos para decidir a possível construção de uma marina para mega-iates, um segmento de mercado que, cada vez mais, procura a Madeira, e que tem elevado potencial económico de crescimento.



Não desistimos também de exigir do Estado o cumprimento do princípio da continuidade territorial e o prosseguimento do que está inscrito no Programa do atual Governo de República e no seu Orçamento, no sentido de ser assegurada uma ligação ferry de passageiros entre a Madeira e o Continente.

Não desistimos de alcançar um programa de apoio ao transporte de mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo tendente a reduzir os sobrecustos da dupla insularidade que afetam as famílias e as empresas.

Que não subsistam dúvidas, para nós custos de insularidade são custos de soberania e como tal devem ser suportados pelo Estado.



Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Este Orçamento da Região é apreciado e votado num contexto mundial de elevada incerteza, de grande conflitualidade e de enorme instabilidade política e económica.

O mesmo se passa na Europa que tarda em definir um caminho próprio em função da nova geopolítica, marcada pela guerra na Ucrânia e pelo fim da relação transatlântica com os Estados Unidos, garante da nossa paz e da nossa segurança no pós- segunda grande guerra.

O reforço da união política da Europa é uma inevitabilidade, assim como é inquestionável a necessidade de uma política comum de defesa e de segurança que nos proteja das ameaças da Rússia, mas isso não pode ser feito à custa das verbas da coesão, um dos pilares da construção europeia e o garante do seu equilíbrio económico e social.



O Orçamento apresentado pela Comissão Europeia é inaceitável e altamente lesivo dos nossos interesses de região europeia e ultraperiférica.

Não podemos aceitar cortes no Fundo de Coesão, a diluição da Política Agrícola Comum e o fim do POSEI e, muito menos, a centralização dos programas operacionais nos Estados membros, deixando ao seu livre-arbítrio a decisão e aplicação dos fundos europeus, remetendo as regiões e poder local para sujeitos passivos da aplicação do orçamento europeu.

Esta situação fere o princípio da subsidiariedade, viola o artigo 349 que protege as regiões ultraperiféricas e é a negação do próprio espírito de todos os tratados da União Europeia.

Este seria um caminho do retrocesso e nós queremos continuar no caminho do progresso.



Estou certo de que este Parlamento e o Governo, em conjunto com as outras regiões europeias, saberão unir-se e convencer as instituições europeias de que o caminho não é o da centralização, é o da regionalização, de que o caminho não é o da divisão, mas o de mais coesão, de que o caminho não é mais retração, é, sim, de mais expansão, de que o caminho só pode ser mais crescimento económico com mais desenvolvimento social, como aquele que está inscrito neste orçamento e neste Plano de Investimentos que subtemos à casa da Autonomia e da Democracia.

Funchal, 16 de Dezembro de 2026

José Manuel Rodrigues

Secretário Regional da Economia